

INVESTIGAÇÃO SOBRE O CONHECIMENTO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL FRENTE AO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO

Cassiano de Oliveira Garcia

Fonoaudiólogo, formado em 2016, pela Faculdade Redentor – Itaperuna (RJ), Brasil.

cassiofono2012@hotmail.com

Carolina de Freitas do Carmo

Fonoaudióloga, Doutoranda em Cognição e Linguagem – UENF, Mestre em Ciências da Saúde – Saúde da Criança e do Adolescente – UFMG – Belo Horizonte (MG), Especialista em Gestão Educacional em IES – Faculdade Redentor/RJ, Coordenadora do Curso de Graduação em Fonoaudiologia da Faculdade Redentor – Itaperuna (RJ), Brasil.

carolcarmofono@gmail.com

RESUMO

A surdez é um fator que interfere diretamente no processo de ensino-aprendizagem, visto que o entendimento do português pelo surdo é parcial por não ser essa sua primeira língua, deixando-o por muitas vezes sem compreender a totalidade da mensagem. É sabido que dentre os direitos do surdo, sua educação é uma das prioridades, no entanto, percebe-se que muitas vezes os professores não estão habilitados na prática para essa inserção. Pela relevância da ação facilitadora mediada pelo fonoaudiólogo no processo de ensino-aprendizagem do surdo, foi realizada uma abordagem investigativa quanto ao conhecimento dos professores frente a esse processo. A pesquisa foi realizada com professores da rede estadual do município de Muriaé do estado de Minas Gerais, onde foi aplicado um questionário objetivo que abordou o conhecimento dos professores quanto aos aspectos da surdez e o processo de aprendizagem do aluno surdo, envolvendo 20 docentes da referida instituição. Essa pesquisa visou alertar a comunidade escolar quanto à relevância do profissional de fonoaudiologia em se tratando de educandos surdos, pois esse profissional oportuniza estratégias de facilitação e a promoção das potencialidades do aluno surdo.

Palavras chave: Surdez. Professor. Aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 16,7% das pessoas com alguma deficiência no Brasil apresentam deficiência auditiva, ou seja, no Brasil existem 5.735.099¹ pessoas surdas.

No passado os surdos eram considerados pessoas castigadas por Deus e incapazes de serem ensinados, por isso, não frequentavam escolas. Eram excluídos da sociedade e privados de seus direitos básicos, como casar ou herdar bens, ficando com a própria sobrevivência comprometida².

Vários educadores se dedicaram à inclusão de surdos no meio acadêmico, tais como: Ovide Decroly (Bélgica), Alexandre Gran Bell (Canadá e EUA) Samuel Heinicke (Alemanha), Abbé Charles Michel de l'Épée (França) e Ivan Pablo Bonet (Espanha). Em se tratando da educação dos surdos, esses professores se diferenciaram quanto ao método de ensinar surdos. Alguns deram preferência ao método oral, ou seja, a língua falada somente, outros à língua de sinais, e ainda outros ao método combinado do ensino da fala com os gestos³.

Os processos e filosofias educacionais que antecederam à educação dos surdos até culminarem na fase atual se constituíam em três marcos: o Oralismo, em 1880, utilizado como único meio de comunicação; a Comunicação Total já no ano de 1960, que considerava a oralidade, os gestos, e outras estratégias para estabelecerem a comunicação com os surdos; e então, em 1980, o Bilinguismo que confirmou a língua de sinais como o principal meio de comunicação entre os surdos⁴.

Estudiosos, defensores da língua de sinais para os surdos, afirmam que é só de posse dessa, considerada “natural”, que pode ser adquirida em qualquer idade, que o surdo formará uma identidade surda, já que ele não é ouvinte⁵.

Em 1994, por meio da comunidade surda passa-se a utilizar a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como meio legal de comunicação e expressão, amparado pela Lei nº 10.436 de 24 de abril do ano de 2002⁶.

Baseado nessa lei detecta-se a necessidade da existência de um indivíduo que assumirá a posição de intermediário junto ao deficiente auditivo inserido em sala de aula. Ou seja, foi detectada a necessidade da contribuição de um intérprete de LIBRAS com a função de interpretar e traduzir a língua portuguesa oral em língua de sinais⁷. Assim, surge a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Ao discorrer-se sobre a inclusão de sujeitos com Necessidades Educacionais Especiais, tem-se como pressuposto a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que assegura no art.1º: “[...] que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, dotados de razão e de consciência e devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”⁸.

Com a inserção desses deficientes auditivos no ensino regular, fez-se necessário a utilização de estratégias específicas para os mesmos, pois, a aquisição da língua escrita para eles não representa apenas mais uma modalidade da língua, como ocorre com o português falado e escrito, em que, mesmo com as apropriações pertinentes de cada modalidade, a relação entre o som ouvido e falado, o fonema, assume relação mais direta com a letra escrita, ou seja, com o grafema. Para o surdo, a aquisição da modalidade escrita representa a alfabetização em outra língua com diferenças sintáticas, morfológicas e fonéticas. Por isso, as irregularidades morfossintáticas identificadas na escrita dos indivíduos surdos coincidem com construções próprias da língua de sinais⁹.

Sendo o fonoaudiólogo o profissional especializado em relação aos aspectos da aprendizagem e da linguagem oral e escrita, de um modo geral e principalmente quando se trata de deficiente auditivo, sua função dentro do âmbito escolar é atuar junto ao professor utilizando estratégias específicas de aprendizagem com a finalidade de amenizar os efeitos da patologia, tornando-o capaz de adquirir outra língua, em sua modalidade áudio-verbal e em sua modalidade escrita por meio de uma língua visuomanual, a LIBRAS¹⁰.

Atualmente, o número de deficientes auditivos está cada vez maior dentro das salas de aula. Então, o interesse pela educação das pessoas surdas tornou-se relevante pela necessidade de aprofundar conhecimentos e construir novos saberes sobre a inclusão na rede regular de ensino. Desse modo, tal pesquisa buscou analisar o conhecimento dos professores frente ao processo ensino aprendizagem do aluno surdo e fornecer-lhes informações quanto à aprendizagem desses alunos.

2. MÉTODOS

A pesquisa é delineada por um modelo exploratório, através de uma abordagem quantitativa a partir da aplicação de um questionário adaptado¹¹ que contém 08 questões a respeito da formação do professor e sua expectativa quanto ao desempenho acadêmico do aluno surdo, aplicado a 20 professores do ensino fundamental I e II de uma Escola Pública Estadual do Município de Muriaé/MG. Após a aplicação do questionário foi realizada uma análise estatística dos dados, além de correlações entre os achados bibliográficos e os resultados obtidos através das respostas do questionário. A partir daí, pode-se descrever o conhecimento dos professores quanto aos aspectos da surdez e as abordagens educacionais, além das estratégias de facilitação efetivamente presentes no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo.

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Redentor sob o número de cadastro na plataforma Brasil CAAE50344315.9.0000.5648. Os professores participantes da pesquisa foram informados sobre os propósitos do estudo e ao concordar com a pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

3. RESULTADOS

A pesquisa revelou que 50% dos participantes já tiveram aluno com surdez em sala de aula. No que diz respeito aos aspectos da surdez: 40% deles têm conhecimento sobre as causas de surdez; 55% sabem sobre graus de surdez; 40% entendem sobre período de ocorrência da surdez e; 15% não têm conhecimento a respeito dos aspectos da surdez.

Quanto às estratégias de facilitação de aprendizagem do aluno surdo, 50% dos professores estão orientados a respeito. Quando perguntados se concordam com a afirmativa de que o aluno surdo não consegue aprender como os demais alunos, 10% afirmaram que sempre, 15% responderam que quase sempre, 30% disseram que raramente e 35% responderam que os alunos surdos nunca irão conseguir aprender como os demais alunos.

Na questão sobre quantos deles participaram de algum curso que tivesse abordado o tema da inclusão dos surdos 50% disseram nunca terem participado. Perguntados se se consideram aptos para atender alunos surdos 5% afirmaram estar capacitados, 25% responderam estar capacitados, porém ainda ficam inseguros frente a essa realidade, e 70% afirmaram não possuir capacitação.

Com relação ao conhecimento das abordagens educacionais aplicadas aos alunos surdos, 15% dos professores afirmaram conhecer a abordagem oralista, 5% conhecem a bilinguista, 10% conhecem a comunicação total, 5% conhecem todas as abordagens, 70% dos professores afirmaram não conhecer nenhuma abordagem.

A última questão abordou as experiências já observadas no âmbito educacional, em relação ao sucesso ou insucesso ao utilizar as estratégias de facilitação no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo, 50% dos professores responderam que conhecem algum caso de sucesso nesse processo.

4. DISCUSSÃO

Considerando que foram criadas leis que garantem aos deficientes auditivos a inserção no ensino regular⁹, o primeiro questionamento da pesquisa corrobora com o fato de que esses alunos estão realmente matriculados no ensino regular, pois quando perguntados sobre quantos dos participantes já tinham tido contato com o aluno surdo 50% (resultado) do público participantes respondeu que sim.

Lacerda¹² relata que os deficientes auditivos¹² passam por dificuldades ao serem inseridos em determinados grupos sociais. Isso porque, a dificuldade de linguagem desses acarreta em consequências que envolvem a emoção, a socialização e a cognição. Em relação aos problemas que envolvem a linguagem escrita, as crianças surdas encontram-se defasadas no que diz respeito a escolarização. A partir disso pode-se perceber o quão importante é o conhecimento do professor em relação aos aspectos da surdez. O resultado da

pesquisa confirmou que ainda 15% (resultado) desses professores não têm conhecimento a respeito de nenhum aspecto da surdez.

As estratégias de facilitação são de grande importância para o aluno surdo pois estes apresentam problemas durante a escolarização, como o inadequado desenvolvimento pedagógico e conhecimento aquém do esperado para o aluno deficiente auditivo. Com isso vemos a necessidade da confecção de propostas educacionais que supram às necessidades dos surdos, aprimorando a ampliação afetiva de suas capacidades¹². Concluímos pela presente pesquisa que 50% (resultado) dos professores não possuem conhecimento dessas estratégias de facilitação, uma vez que ao investigar a forma como os professores de uma escola do Estado têm agido nas salas de aula com alunos surdos, ficou comprovado que é necessário um investimento maior por parte do Estado na capacitação dos profissionais que atuam com portadores de deficiência auditiva.

Rodriguero¹³, com base nas teorias de Vygotsky, sobre o desenvolvimento da linguagem de um modo geral e das possíveis causas da surdez, considerava também as diferenças culturais e linguísticas do indivíduo surdo. Concluiu que não se deve subestimar aptidão cognitiva e linguística desse indivíduo. Porém, nos achados dessa pesquisa, percebeu-se que ainda 35% (resultado) dos professores que responderam ao questionário, acreditam que o aluno surdo não tem capacidade de aprendizado como os alunos ouvintes.

No ano de 2006, o Ministério da Educação, em parceria com a UNESCO, desenvolveu uma cartilha de apoio aos professores, reconhecida pelo MEC, em que a principal abordagem envolvia os saberes e práticas da inclusão, desenvolvendo competências, para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos¹⁴. Porém, de acordo com as respostas dos professores ao questionário aplicado quando se pergunta se eles já participaram de algum curso que abordasse o tema da inclusão, 50% (resultado) responderam que ainda não tinham participado de nenhum curso para aprimoramento da educação voltada para o aluno surdo. O governo, de um certo modo, vem tentando cumprir com sua obrigação ao fornecer cartilhas informativas, mas ainda assim os professores precisam de capacitação

específica¹⁴. Muitos professores não se consideram capacitados para atuar diretamente com o deficiente auditivo em sala de aula.

Dizeu & Caporali¹⁵, através de suas pesquisas, demonstram que os professores devem se apoderar de uma metodologia de ensino para alunos surdos de forma a estimular o interesse do surdo para o aprendizado, projetando a sua visão para o mundo. A tendência é ver cidadãos surdos convivendo com cidadãos portadores de total audição em situação de completo desconforto, vítimas de segregação, uma vez que a convivência em um meio social contribui para que as diferenças sejam evidenciadas, surgindo, assim, a discriminação. E essa discriminação se dá, não somente nas ruas, como, também, no ambiente escolar, entre alunos e profissionais da educação, muitas vezes, por não estarem preparados, por não terem o real conhecimento de como a língua de sinais é utilizada pelos surdos no momento da comunicação. Tem-se, portanto, que, segundo afirmam os autores Dizeu & Caporali¹⁵, a inclusão do surdo vem sendo realizada pelos professores e/ou profissionais da educação totalmente despreparados acerca das estratégias de facilitação de aprendizagem do aluno surdo, uma vez que 70% (resultado) dos próprios educadores se mostram incapazes de atender ou formar o aluno surdo¹⁵.

Ao investigar sobre as abordagens educacionais com os alunos surdos, 70% dos professores da pesquisa relatam não conhecer nenhuma das abordagens mencionadas na pesquisa. Esperava-se que no mínimo 50% dos participantes conhecessem o bilinguismo, pois é essa abordagem que tem por visão a capacitação da pessoa surda para duas línguas sendo elas a LIBRAS e a língua dos ouvintes, que é a Língua Portuguesa¹⁶.

As estratégias de facilitação são de suma importância para a aprendizagem do aluno surdo. Quando os professores participantes foram questionados sobre se já tiveram sucesso ou conhecem algum professor que obteve sucesso com a utilização dessas estratégias de ensino apenas 50% (resultado) dos professores responderam positivamente. Sabe-se que não é tão simples conduzir o processo ensino aprendizagem para o aluno surdo, porém não significa que eles não possuem capacidade de acompanhar esse processo. Portanto, os professores poderiam buscar por mais estratégias e

conhecimentos que auxiliassem sua atuação de maneira que o processo ensino aprendizagem do aluno surdo fosse mais produtivo e prazeroso¹⁷.

5. CONCLUSÃO

Através dessa pesquisa identificou-se o baixo conhecimento que os professores de ensino fundamental possuem a respeito da surdez e o quanto eles necessitam de suporte para que a aprendizagem do aluno surdo seja efetiva. Portanto, evidencia-se a importância da atuação fonoaudiológica no âmbito escolar atendendo à essa necessidade, visto que é o profissional especializado e capacitado para atuar com o deficiente auditivo.

O fonoaudiólogo executa seu trabalho de forma a adaptar a aprendizagem e, a fim de orientar aos professores quanto as abordagens educacionais e estratégias de facilitação para a aprendizagem da criança surda. Sendo fundamental, para isso, que as atividades realizadas sejam adaptadas conforme suas necessidades.

Diante disso, afirma-se o quão importante é a aplicação de uma metodologia própria de ensino, utilizando-se de salas de aulas adequadas, em que predomine o estímulo visual, e ainda, que os professores possuam uma boa articulação, sempre atentos ao aluno surdo, sem evidenciar suas dificuldades, e sim valorizando suas potencialidades.

Através dos estudos realizados para elaboração desse artigo, ressaltamos que a pessoa com surdez tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento que a pessoa ouvinte, só precisam que suas necessidades especiais sejam atendidas.

A língua de sinas torna-se imprescindível para esse processo de aprendizagem, bem como a língua portuguesa, visto que, a primeira, servirá de apoio para a segunda, e a alfabetização será de forma natural, primeiramente entende-se a LIBRAS, e, aos poucos, associa-se ao português, é importante manter essa ordem de ensino.

Seria importante que a escola se preocupasse não apenas em alfabetizar os alunos surdos, mas sim, oferecer-lhes condições para que se tornem leitores e escritores críticos, não apenas reconhecedores de símbolos

gráficos, apoiando-se menos na relação oralidade/escrita, e sim, no aspecto visual da escrita como fator relevante no processo de sua aquisição.

Desse modo, teremos surdos alfabetizados em ambas as línguas, conhecedores de sua cultura, bem como da cultura ouvinte, favorecendo assim o pleno desenvolvimento desses sujeitos e sua participação na sociedade como cidadãos conscientes e atuantes.

REFERÊNCIAS

1. CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M.A.; PORTO, C.C.. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo, v.42, n.3, p.578-83, 2008.
2. ARAÚJO, D.M.S.; SILVA, M.C.; SOUZA, W.P.A.. A influência da libras no processo educacional de estudantes surdos em escola regular. Online Disponível em: https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2006.2/a%20influncia%20da%20libras%20no%20processo%20educacional%20de%20estudantes%20surdos%20em%20escola%20regular.pdf. Acesso em 16 mai. 2015.
3. Instituto nacional de educação de surdos. **História do INES**. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/index.php/historia-ines> Acesso em 20 de junho de 2015
4. SILVA, D.C.S.; MELO, E.B.; CAVALCANTE, T.C.F.; As filosofias educacionais na educação dos surdos: Uma análise da pratica docente e na interação surdo-ouvinte. Disponível em: https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2010.1/as%20filosofi%20educacionais%20na%20educacao%20dos%20surdos.pdf. Acesso em 16 mai. 2015.
5. PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.
6. BRASIL. Ministério da Casa Civil. Decreto sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2005
7. BRASIL. Ministério da Casa Civil. Decreto sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2005
8. **UNESCO. Declaração de Salamanca: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>** Acesso em: 20 de maio de 2015.
9. Longone, E. O surdo e a língua escrita. 2012. Disponível em: http://www.vidamaislivre.com.br/colunas/post.php?id=5519&o_surdo_e_a_lingua_escrita Acesso em: 20 de maio de 2015.
10. Santana, A. P.; Guarinello, A.C.; Bergamo, A. A Clínica Fonoaudiológica e a Aquisição do Português como Segunda Língua para Surdos. **Rev Distúrbio da Comunicação**. São Paulo, 25(3):440-451, 2013

11. LEÃO, A. M. C. O processo de inclusão: A Formação do Professor e sua expectativa quanto ao desempenho acadêmico do aluno surdo [mestrado]. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2014. Disponível em: http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=214. Acesso em: 20 de maio de 2015.
12. Lacerda, C. B. F. A Inclusão Escolar de Alunos Surdos: o que Dizem Alunos, Professores e Intérpretes Sobre Esta Experiência. **Cad. CEDES** vol 26, n 69, 2006
13. Rodrigueiro, C. R. B. O Desenvolvimento da Linguagem e a Educação do Surdo. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n2/v5n2a08.pdf> Acesso em 10 de maio de 2015.
14. BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da Inclusão**. Brasília 2006
15. Gonçalves, H. B. & Festa, P. S. V. Metodologia do Professor no Ensino de Alunos Surdos. **Ensaio Pedagógico**. 2013. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n6/ARTIGO-PRISCILA.pdf> Acesso em 12 de maio de 2015
16. Dizeu, L.C.T.B & Caporali, S.A. A Língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a14v2691.pdf> Acesso em 05 de maio de 2016
17. Kubaski, C. & Moraes, V. P. O Bilinguismo como Proposta Educacional para Crianças Surdas. **IX Congresso Nacional de Educação**. 2009. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3115_1541.pdf Acesso em 12 de Junho de 2015